



Seminário

O CONTROLE EXTERNO E O NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO BÁSICO

Normas de Referência de Resíduos Sólidos

PAULO HENRIQUE MONTEIRO DAROZ
Coordenador de Regulação de Resíduos Sólidos

Realização:



Apoio:



Lei N° 11.445/2007 - Diretrizes do Saneamento Básico (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - **saneamento básico**: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

[...]

c) **limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; e

[...]



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Lei N° 11.445/2007 - Diretrizes do Saneamento Básico (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

Art. 35. As taxas ou as tarifas decorrentes da prestação de serviço de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos considerarão a destinação adequada dos resíduos coletados e o nível de renda da população da área atendida, de forma isolada ou combinada, e poderão, ainda, considerar:

[...]

§ 2º A não proposição de instrumento de cobrança pelo titular do serviço nos termos deste artigo, no prazo de 12 (doze) meses de vigência desta Lei, configura renúncia de receita e exigirá a comprovação de atendimento, pelo titular do serviço, do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observadas as penalidades constantes da referida legislação no caso de eventual descumprimento.

Obs.: prazo para proposição de instrumento de cobrança pelo titular:

→ encerrou em 15/07/2021



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

São dois serviços públicos de Saneamento Básico (num mesmo componente):

Serviço Público de Limpeza Urbana (SLU); e

Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU).

Limpeza Urbana (SLU)

- Objetiva o asseio dos espaços públicos urbanos, compreendendo, dentre outras, as atividades de:
 - i. varrição;
 - ii. capina/raspagem;
 - iii. roçada;
 - vi. poda;
 - v. asseio de túneis, escadarias, monumentos, abrigos e sanitários públicos;
 - vi. desobstrução e limpeza de bueiros;
 - vii. feiras públicas e outros eventos de acesso aberto ao público; e
 - viii. outros eventuais serviços, “como pintura de meio-fio”.

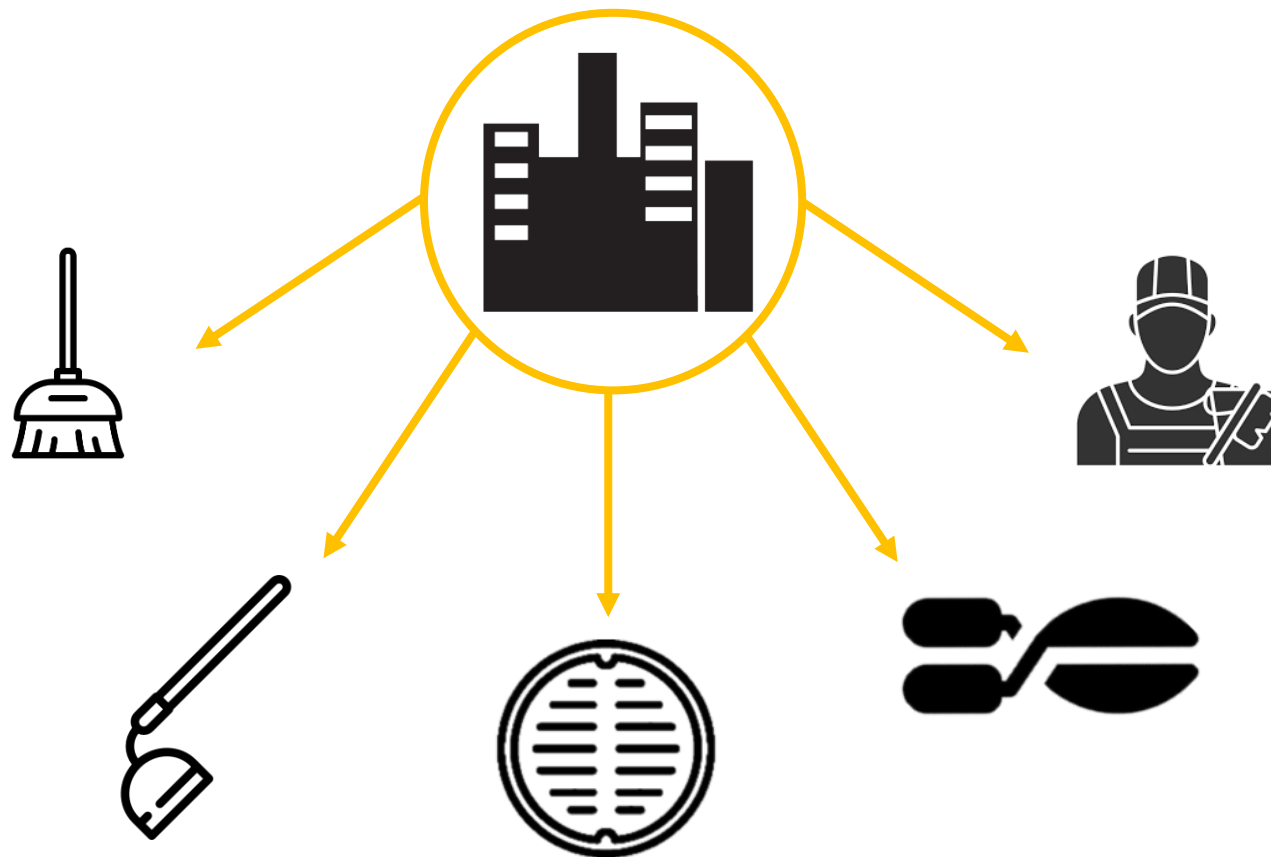


AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

SMRSU e SLU

- Sendo o **SLU** destinado a prover o asseio dos espaços públicos urbanos não é possível determinar a parcela que o usuário usufrui do serviço;
- Portanto, a etapa de limpeza urbana é **indivisível**, não é possível a realização da cobrança pela prestação por meio de taxa ou tarifa.



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

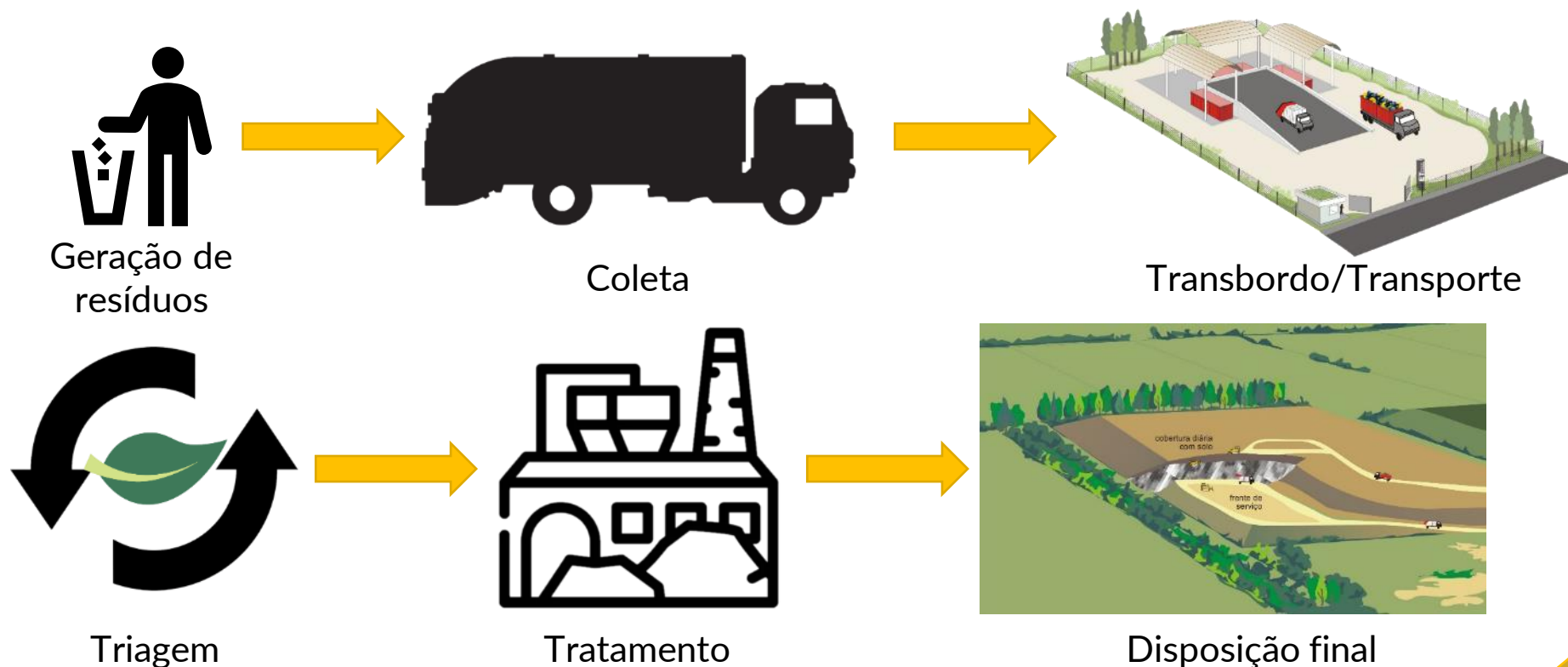
#AÁguaÉUmaSó

Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU)

- É o conjunto de atividades exercidas, direta ou indiretamente, para manejar os resíduos sólidos urbanos (RSU), por meio das etapas de:
 - i. coleta;
 - ii. transbordo
 - iii. transporte;
 - iv. triagem, para fins de reutilização ou reciclagem;
 - v. tratamento;
 - vi. destinação final;
- São considerados RSU (Art. 3-C da Lei N° 11.445, de 2007):
 - i. resíduos domésticos;
 - ii. resíduos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços, equiparados a resíduos domésticos; e
 - iii. resíduos originários dos serviços públicos de limpeza urbana.

SMRSU e SLU

- Etapa do serviço público **divisível**, isto é, passível a mensuração da utilização pelos usuários, dessa forma é possível a realização da cobrança.
- Súmula vinculante 19 (STF): *"A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal."*



Diagnóstico dos serviços (SNIS 2022)

Amostra

Dados Brasil



5.570 municípios



213,3 milhões de habitantes

Amostra SNIS

4.900
municípios



População total



Cobrança

Municípios com cobrança

2.062 ➡ 42,1%

**Custos cobertos
pela cobrança**
55,0%

Despesas Totais



R\$26,63 bilhões

R\$147,44/hab.ano



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Diagnóstico dos serviços (SNIS 2022)

Cobertura do serviço de coleta domiciliar

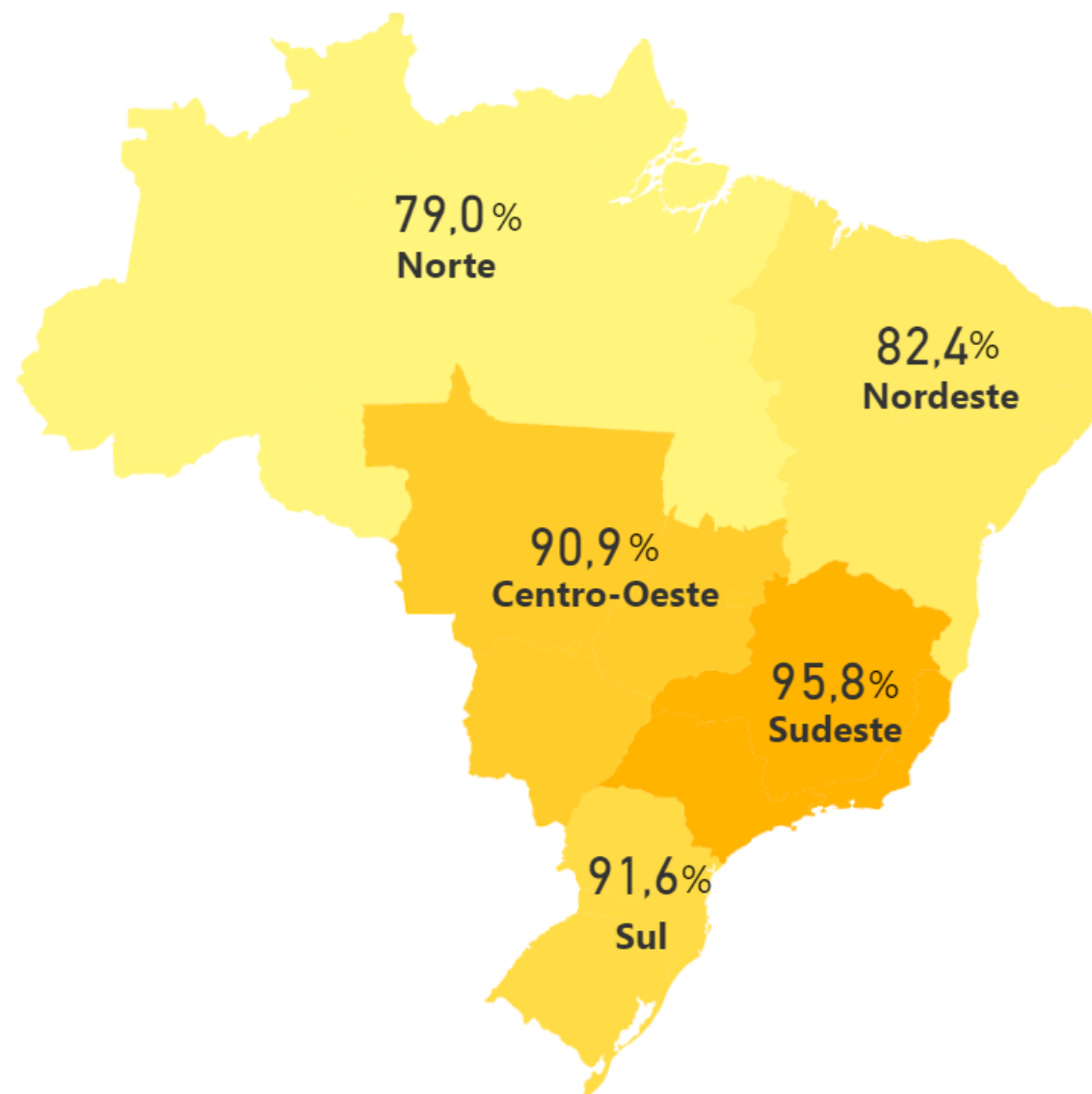
População total
atendida com coleta
domiciliar



191,3 Mi

Média
total

89,9 %

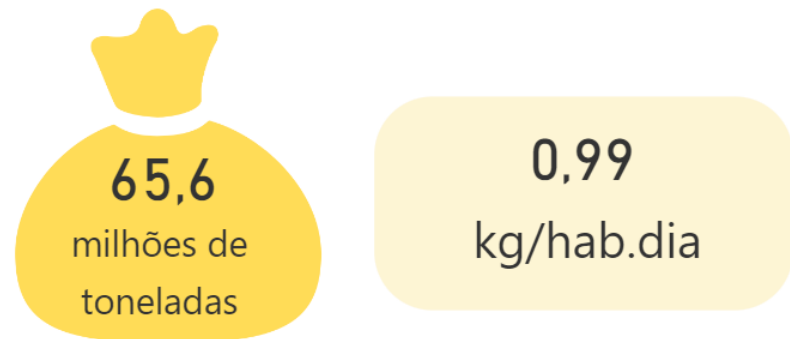


AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Diagnóstico dos serviços (SNIS 2022)

Massa coletada estimada de RSU*



Coleta seletiva

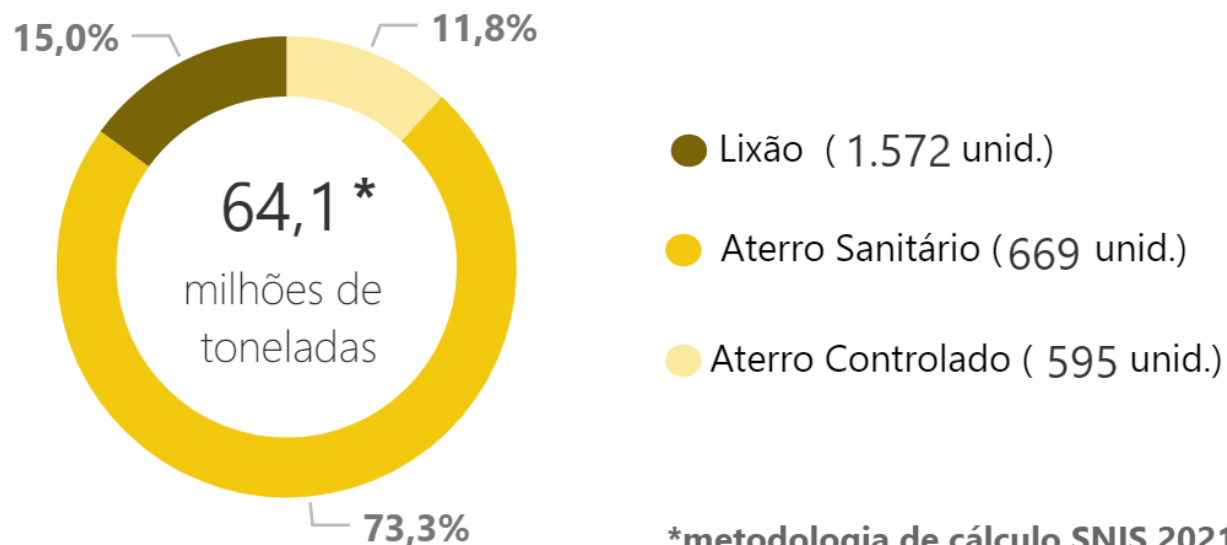


32,0 % dos municípios
com coleta seletiva

39,1 Mil Catadores
Envolvidos

*RSU - Resíduos Sólidos Urbanos

Estimativa da Disposição Final no solo



*metodologia de cálculo SNIS 2021



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Problema regulatório

Impactos na Saúde Pública, Meio Ambiente e Reciclagem dos Resíduos

Depreciação da
imagem urbana
(desvalorização
imobiliária)

Obstrução nos
sistemas de
drenagem urbana

Proliferação de
vetores de
doenças

Contaminação
de águas
superficiais e
subterrâneas

Contaminação
do solo

Contaminação
da atmosfera
(mudanças
climáticas)

Baixo índice de
recuperação dos
resíduos (secos
e orgânicos)

Baixa
disponibilidade
para pagamento
dos usuários

**Disposição inadequada de
resíduos sólidos no ambiente
urbano**

**Disposição final
ambientalmente inadequada**

**Desvalorização dos Resíduos
Sólidos Urbanos**

Legenda

Consequências

Problema regulatório

Causas principais

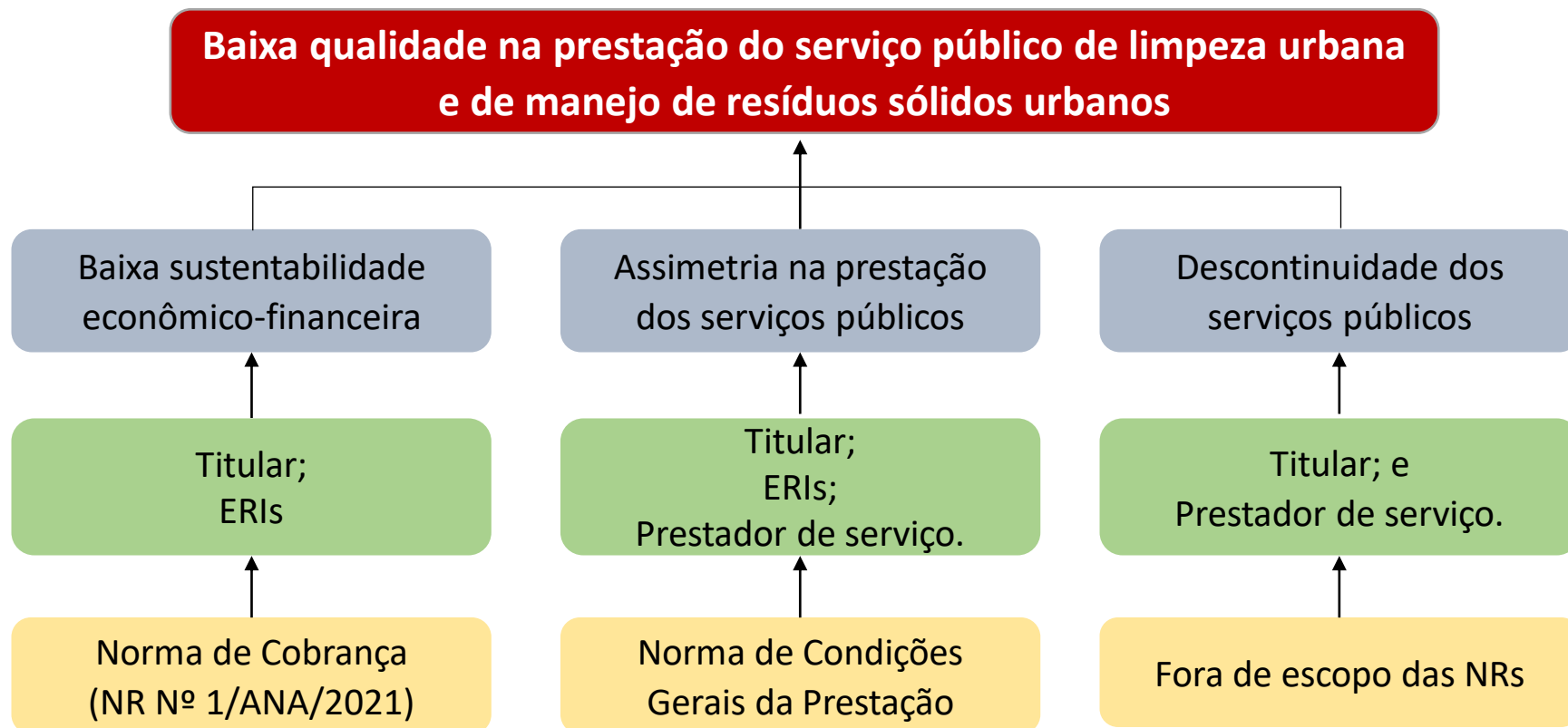
**Baixa qualidade na prestação do serviço público de limpeza urbana
e de manejo de resíduos sólidos urbanos**

Baixa sustentabilidade
econômico-financeira

Assimetria na prestação dos
serviços públicos

Descontinuidade dos
serviços públicos

Problema regulatório



Legenda

Problema regulatório

Causas principais

Atores

Atuação da ANA



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Resolução ANA n° 79, de 14 de junho de 2021

Aprovou a Norma de Referência N° 1/ANA/2021, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros de **cobrança pela prestação** do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU), bem como os procedimentos e prazos de fixação, reajuste e revisões tarifárias.

Estrutura de NR N° 1/ANA/2021

1. Escopo
2. Base legal
3. Vínculo a outras normas de referência
4. Definições
5. Condições gerais do regime de cobrança
6. Condições específicas do regime tarifário
7. Vigência e aplicação



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Instrumento de cobrança

- INSTRUMENTOS DE COBRANÇA para o **SMRSU** é a TARIFA ou a TAXA;
- O valor arrecadado deverá atingir a RECEITA REQUERIDA do serviço;
- O Município pode optar pela cobrança de TARIFAS ou de TAXAS pela disponibilidade e uso efetivo do SMRSU;
- USUÁRIOS para os quais os serviços não são disponibilizados não estão sujeitos à cobrança.

Documento de arrecadação

- Fatura específica de manejo de resíduos sólidos urbanos;
- Cofaturamento com o serviço de abastecimento de água;
- Cofaturamento com outros serviços públicos; e
- Cobrança junto ao carnê ou guia do IPTU.

Parâmetros de Cobrança

- Características dos lotes e as áreas (área construída);
- Peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio;
- Consumo de água; e,
- Frequência da coleta.



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Norma de Referência N° 1/ANA/2021

Estrutura de Cobrança

- Matriz com os valores a serem cobrados por categoria de USUÁRIOS, e eventuais subcategorias, de modo a ratear a RECEITA REQUERIDA do SMRSU;
- Cobrança social:
“Deve ser prevista cobrança social para os USUÁRIOS de baixa renda, por meio de subsídios tarifários ou fiscais.”

Sustentabilidade Econômico-Financeira

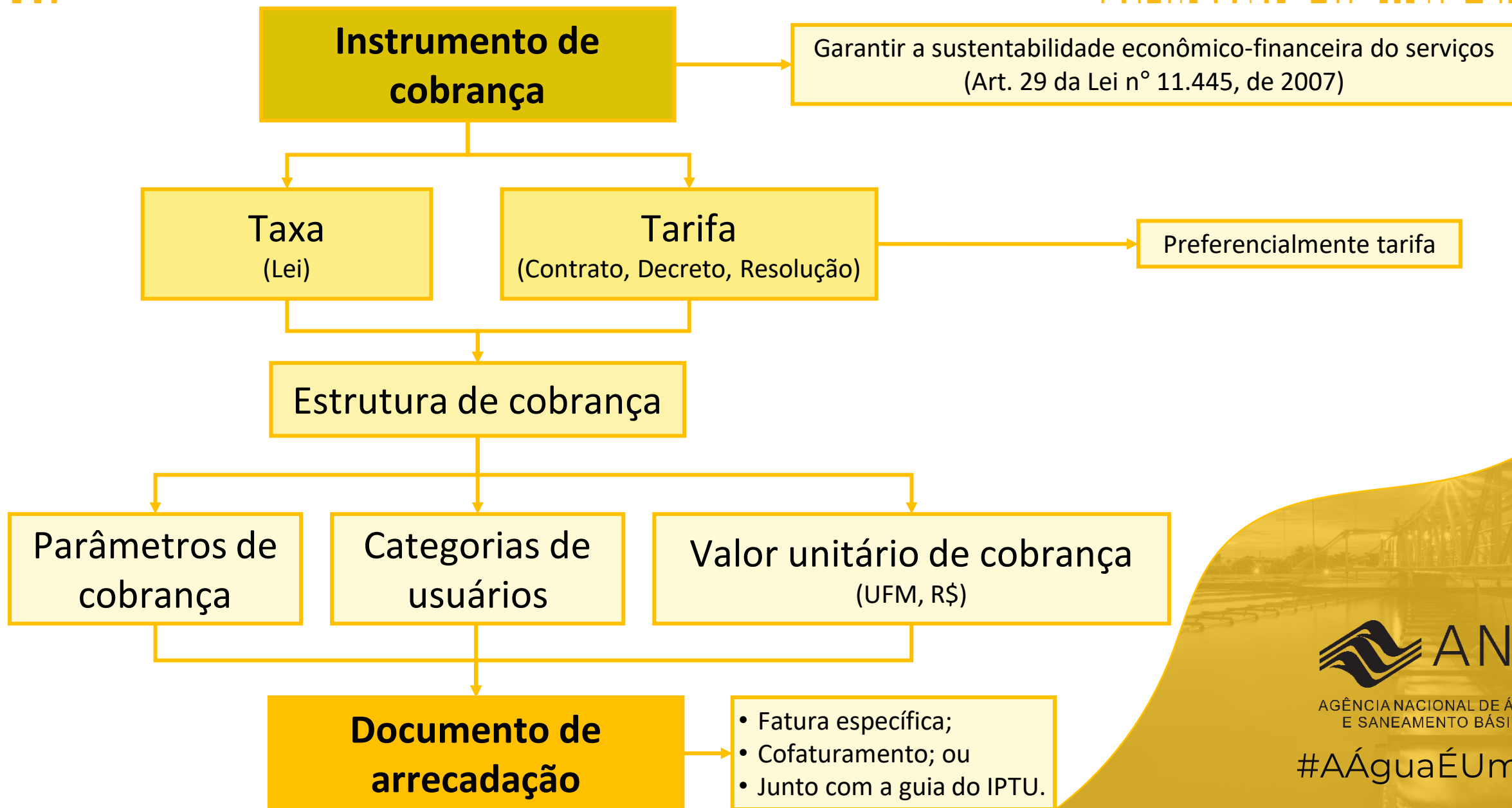
- Deve ser assegurada por meio de remuneração pela cobrança;
- Deverão ser adequados e suficientes para assegurar a Sustentabilidade Econômico-Financeira:
 - i) Regime de cobrança (Taxa ou Tarifa)
 - ii) Estrutura de cobrança (Matriz de Usuários)
 - iii) Parâmetros de cobrança (Área construída, consumo de água)
- É necessária a apuração de todos os custos do SMRSU, determinando-se a RECEITA REQUERIDA;



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Norma de Referência N° 1/ANA/2021



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Instrução Normativa ANA Nº 1/2023

- São considerados requisitos da NR nº 1/ANA/2021:
 - Entidade Reguladora (ERI) do SMRSU definida pelo Titular;
 - Instituição da cobrança do SMRSU, observando as diretrizes da NR nº 1/ANA/2021; e
 - Comprovação sustentabilidade econômico-financeira do SMRSU;
- Metas:
 - 2023 - Instituição da cobrança, observando as diretrizes da NR nº 1/ANA/2021;
 - 2024 - Comprovação sustentabilidade econômico-financeira do SMRSU; e
 - 2025 - ERI do SMRSU definida pelo Titular;
- Datas:
 - 1º de agosto - abertura de módulo de verificação da adoção;
 - 20 de setembro - fechamento do recebimento de informações;
 - até 20 de outubro - divulgação sobre a observância da NR 1;
 - até 20 de dezembro - resultado de comprovação de adoção das NR1.



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Abertura do Sistema - NR 1/ANA/2021



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/07/2023 | Edição: 143 | Seção: 3 | Página: 129

Órgão: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional/Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

AVISO

AVISO DE ABERTURA DE PRAZO Nº 003/2023, DE 25 DE JULHO DE 2023

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, inciso XVII, do Anexo I da Resolução ANA Nº 136, de 7 de dezembro de 2022, que aprovou o Regimento Interno da ANA, com fundamento no art. 4º-A da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e na Instrução Normativa nº 1, de 17 de maio de 2023, aprovada na 918ª Reunião Administrativa Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 16 de maio de 2023, e ainda o que consta no Processo nº 02501.004274/2020-12, comunica aos interessados sobre a abertura de prazo, conforme abaixo:

Objeto: Abertura de prazo para envio de informações e documentos pelos titulares (municípios) sobre a comprovação da adoção da Norma de Referência nº 1/ANA/2021, aprovada pela Resolução ANA nº 79, de 14 de junho de 2021, que dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.

Período: das 8h de 1º de agosto de 2023 às 23h59 de 20 de agosto de 2023.

Acesso para envio de informações: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/atendimento-a-demandas-de-normativos-sobre-saneamento-basico>

VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Prazo para envio de informações pelos titulares do serviço de manejo de resíduos sólidos urbanos está aberto até 20 de agosto

Publicado em 01/08/2023 08h00

Atualizado em 01/08/2023 09h03

Compartilhe: [f](#) [t](#) [s](#)



Manejo de resíduos sólidos - Foto: Acervo do ProteGEEr



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Manual e curso da NR N° 1/ANA/2021

Manual Orientativo

- **Endereço de acesso:** <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/saneamento-basico/manual-orientativo-sobre-a-norma-de-referencia-no-1.pdf>

Curso da ENAP – Implementação da

Cobrança

Cobrança pela Prestação do Serviço Público de manejo de RSU

- **Endereço de acesso:** <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/896/>

Este curso aborda o conteúdo do Manual Orientativo Sobre a Norma de Referência N° 1/ANA/2021, que dispõe sobre as regras de cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos urbanos.



Curso Aberto



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

NR sobre condições gerais do SMRSU e SLU

Consulta Pública nº 001/2023

- **Objeto:** Norma de referência que dispõe sobre as condições gerais para a prestação direta ou mediante concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.
- **Objetivo:** Receber as contribuições da sociedade para aprimorar da norma de referência.
- **Material de apoio:** Para subsidiar as sugestões, estão disponíveis a minuta da NR e seu Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR).
- **Período de contribuição:** 08:00 h do dia 19/06/2023 até as 23:59 h do dia **08/08/2023**.
- **Recebidas:** **594** contribuições de 38 participantes



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

NR sobre condições gerais do SMRSU e SLU

Audiência Pública nº 001/2023

- **Objeto:** Norma de referência que dispõe sobre as condições gerais para a prestação direta ou mediante concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos.
- **Objetivo:** Receber as contribuições da sociedade para aprimorar da norma de referência.
- **Material de apoio:** Para subsidiar as sugestões, estão disponíveis a minuta da NR e seu Relatório de Análise de Impacto Regulatório (AIR).
- **Data e horário:** Realizada dia **03/08/2023** das 14h30 às 16h00h.



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Regulação e normas de referências

Agenda Regulatória da ANA (2023-2024)

- NR das condições gerais da prestação dos SMRSU e SLU – previsão de publicação: **set/out de 2023**; e
- NR de indicadores e padrões de qualidade para a prestação dos SMRSU e SLU – 2024 – em planejamento.

Temas que poderão compor outras agendas

- Metas de universalização dos SMRSU e SLU;
- Regulação tarifária do SMRSU; e
- Sistema de avaliação do cumprimento de metas de ampliação e universalização da cobertura dos serviços.



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó

Coordenação de Regulação de Resíduos Sólidos - CORES/SSB/ANA

Paulo Henrique Monteiro **Daroz** - **Coordenador**

Daniel Cobucci de Oliveira

Dener Alves de Souza

Zilda Maria Faria Veloso

Contatos:

cores@ana.gov.br

Obrigado!

até a próxima...



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
E SANEAMENTO BÁSICO

#AÁguaÉUmaSó